

Série de seminários/consultas pela internet: “Os futuros da educação: aprendendo a tornar-se”

Promover ideias e debates para repensar o desenvolvimento, o conhecimento, a aprendizagem e a educação em um mundo de profundas mudanças

27 de agosto de 2020

Relatório e síntese do seminário e consulta pela internet nº 2: “Cidadania e participação”

Link para vídeo: <https://youtu.be/mKG79DjSy9M>

Contexto

A participação na vida comum é elemento constitutivo da cidadania nas sociedades democráticas. A Constituição de 1988, chamada de Cidadã, promoveu a formação de conselhos para estimular maior presença da população no acompanhamento das políticas públicas. Embora a sociedade brasileira tenha ampliado os âmbitos e as formas de participação em áreas decisivas da vida pública, ela ainda é restrita a determinados grupos e segmentos. O Congresso Nacional é um exemplo. Nas eleições de 2018, os resultados trazem essas marcas:

“Dos 513 deputados, apenas 122 se declaram pretos (20) ou pardos (102) —ou seja, na soma, 24% da bancada atual. No Senado, são 16 senadores (3 pretos e 13 pardos), totalizando 20% da Casa”.¹

A desigualdade também se confirma quanto à presença de mulheres. Elas são 52% das eleitoras, mas:

¹ BOLDRINI, A. Bancada negra no Congresso é sub-representada em postos de comando. *Folha de S. Paulo*, 16 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/bancada-negra-no-congresso-e-sub-representada-em-postos-de-comando.shtml>>.

“Para a Câmara dos Deputados, em 2018, foram eleitas 77 parlamentares [total de 513 cadeiras] [...] No Senado Federal, sete mulheres foram eleitas – mesmo número de 2010 – e, agora, representam 13% dos parlamentares da casa [são 81 cadeiras]”.²

Se a atividade política é vista como tipicamente masculina, o mundo empresarial repete o padrão. Uma pesquisa do Instituto Ethos constata que as mulheres ocupam “apenas 13,6% dos quadros executivos” nas 500 maiores empresas do país.³ Quando se trata da participação de negros e negras, os dados demonstram maior exclusão:

No grupo de empresas aqui analisado, entretanto, os negros, de ambos os sexos, têm participação de apenas 34,4% em todo o quadro de pessoal. E as mulheres negras têm condição ainda mais desfavorável, com 10,6%, ocupando 10,3% do nível funcional, 8,2% da supervisão e 1,6% da gerência. No quadro executivo, sua presença se reduz a 0,4%. São duas, entre 548 diretores, negros e não negros, de ambos os sexos.⁴

A combinação de poder econômico e representação política faz com que empresários e profissionais liberais sejam a maioria entre os deputados. Decisões sobre a vida nacional acabam sendo conduzidas por grupos que gozam de posição e de privilégio, e nem sempre as demandas da diversidade da população têm voz nesses debates.

Como a educação pode incentivar a participação de estudantes e demais integrantes da comunidade escolar? O educador brasileiro, Anísio Teixeira, cujo aniversário de 120 anos foi comemorado em julho deste ano, lembrava que a escola é um lugar onde se vive, e não um espaço que apenas se prepara. É na escola que se dão os primeiros passos para construção da cidadania pela participação em atividades que exigem diálogo e respeito às diferenças e às regras de convivência.

Na pedagogia de Paulo Freire, a participação estrutura a dinâmica entre educandos, educadores e o mundo a ser desvelado: “os grupos se educam na medida em que participam mais e melhor da vida em sociedade”.⁵ A participação é necessária para alcançar bons resultados e para criar um bom ambiente escolar em que todos se sintam responsáveis pelo bem-estar comum. A presença ativa e participativa da comunidade escolar é fundamental para que a escola cumpra a função que lhe atribui a Constituição Federal: “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.⁶ A legislação educacional brasileira prevê ainda a “gestão

² BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014*. Brasília, 08 mar. 2019. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>>.

³ INSTITUTO ETHOS. *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas*. São Paulo: Instituto Ethos, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2016. p. 17

⁴ Idem, p. 23.

⁵ STRECK, Danilo (Org). *Dicionário Paulo Freire*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 303.

⁶ BRASIL. (Constituição de 1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

democrática” que se expressa em diversas formas de atuação da comunidade nas decisões cotidianas.

A BNCC propõe o conceito de escola cidadã:

uma escola cidadã é aquela comprometida com uma sociedade justa, solidária e democrática e que é capaz de, na sua proposta pedagógica, acolher os educandos e os educadores num processo colaborativo, dialógico e emancipador de apropriação e reconstrução dos saberes socialmente relevantes já sistematizados no mundo e de invenção de outros saberes, que florescem na experiência histórica concreta cotidiana dos sujeitos que ali se encontram.⁷

Mobilizar para a participação na vida escolar tem a expectativa de motivar os jovens para que se insiram ativamente em outras dimensões de suas existências.

Na vida doméstica, por exemplo, persiste uma divisão de trabalho em que, em geral, os homens se sentem desobrigados das tarefas da casa, o que sobrecarrega as mulheres e impacta sua vida escolar. No mundo político, a falta de compreensão quanto aos processos tende a afastar os jovens dessas atividades, com inestimáveis prejuízos para o bem comum e a própria formação das juventudes. Nas redes sociais, que propiciaram forte engajamento dos jovens, a participação saudável tem sido afetada pela polarização que silencia o debate pela agressividade com que as diferenças são tratadas.

Participar, portanto, é um imperativo quando se pretende fortalecer os princípios democráticos das sociedades e superar os atuais padrões de hostilidade que têm marcado o debate de ideias. Como a escola pode contribuir para encorajar a participação de estudantes a partir de regras de convivência que fortaleçam compromissos e responsabilidades com o bem comum? Que papéis estão reservados para as secretarias estaduais e municipais, para os conselhos, em particular para as escolas? O que podem fazer os educadores para estimular a participação de seus pares e dos estudantes no cotidiano da vida escolar? Como motivar as famílias a atuarem junto às escolas, apoiando e contribuindo com as iniciativas? Que papel tem a educação na formação de uma verdadeira sociedade democrática, com igualdade de oportunidades para todas as pessoas, com respeito pela diferença e valorização da diversidade?

⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum. *Uma escola cidadã para as juventudes brasileiras: contextualização, interdisciplinaridade, aprendizagem colaborativa e autoria/protagonismo juvenil*. Brasília, 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/205-uma-escola-cidada-para-as-juventudes-brasileiras-contextualizacao-interdisciplinaridade-aprendizagem-colaborativa-e-autoria-protagonismo-juvenil>>.

Objetivo, perguntas orientadoras e participantes

Objetivo:

Nas palavras de Marlova Noleto, a parceria entre a UNESCO e a Fundação Santillana tem possibilitado a realização dessa série de seminários em português para discutir sobre os futuros da educação e sobre qual educação queremos. Os tempos são difíceis e precisamos de mentes críticas. Como formar essas mentes críticas? Lembrando que a educação é um direito humano fundamental e um motor do desenvolvimento sustentável.

Para André Lazaro, a fim de que o debate sobre os futuros da educação possa envolver toda a América Latina, a Fundação Santillana estabeleceu essa parceria em língua portuguesa com a Representação da UNESCO no Brasil e, em língua espanhola, com a Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe (UNESCO-OREALC), no Chile. A Fundação Santillana também tem desenvolvido “La escuela que viene”, uma iniciativa desenvolvida na sede da Fundação, na Espanha, que tem por objetivo refletir sobre as transformações com as quais a educação necessita lidar para enfrentar os grandes desafios.

Perguntas orientadoras

- Como promover a cidadania e a participação a partir e por meio da educação?
- De que maneira a educação pode reforçar a capacidade de ação coletiva e fortalecer o compromisso com os valores democráticos, incluindo o respeito ao pluralismo, à diversidade, à emancipação intelectual e à liberdade de pensamento e de expressão?
- Como integrar e cumprir esses compromissos de participação nas atividades e nos processos das instituições e dos sistemas educacionais?

Participantes:

Marlova Noleto (apresentação) – diretora e representante da UNESCO no Brasil.

Rebeca Otero (apresentação) – coordenadora do Setor de Educação da UNESCO no Brasil.

André Lázaro (apresentação e moderação) – diretor de Políticas Públicas da Fundação Santillana no Brasil.

António Nóvoa (painelista) – doutor em Ciências da Educação e professor titular da Universidade de Lisboa.

Diego Calegari (painelista) – mestre em Administração e fundador da Politize!, *startup* social de educação política.

Gina Vieira (painelista) – professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, autora e executora do projeto Mulheres Inspiradoras.

Neca Setúbal (painelista) – socióloga e presidente dos conselhos do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e da Fundação Tide Setúbal.

Análise dos temas abordados na sessão

António Nóvoa: segundo o professor, existe a necessidade de se reimaginar o futuro da educação, ponto aprofundado nesse debate. Para ele, “não basta fazer mais do mesmo. Não é por termos mais financiamentos (que são necessários) que devemos fazer uma escola que já existia antes da pandemia; nós não vamos conseguir resolver os problemas da educação e fazer com que a educação inclusiva e democrática chegue a todos por esse viés”.

Nóvoa afirmou que “embora a pandemia tenha aportado algo de novo a outros setores, como o da saúde, ela não trouxe nada de novo do ponto de vista da educação. Na educação, a pandemia tem sido reveladora de problemas que estavam escondidos e aceleradora das transformações da escola, o que torna essas mudanças mais urgentes e faz com que nosso compromisso com essas mudanças seja ainda mais necessário. Dentro das muitas mudanças que podemos imaginar, destaca-se a cidadania e a participação, temas que estão no centro do debate sobre a inclusão e do *aprendendo a tornar-se*. O nome da iniciativa, *aprendendo a tornar-se*, pode não ser a melhor tradução do termo original em inglês, *learning to become* (nesse ponto, a tradução do francês parece ser mais precisa, *apprendre à devenir*). Assim, *aprender a transformar-se* parece ser uma melhor opção, pois é na dimensão da transformação que o nome e a iniciativa ganham força”.

Quanto ao debate sobre a cidadania e a participação, para Nóvoa, esse debate é, muitas vezes, “um debate muito retórico, que não se traduz em coisas concretas”. Ele pautou esse debate a partir de coisas concretas, “essa discussão será centrada em três dimensões: no plano pedagógico, no plano da escola e no plano da sociedade e das políticas públicas.

Segundo ele, no plano pedagógico, “é preciso defender uma “Pedagogia da autonomia”, título do último livro escrito por Paulo Freire. A cidadania e a participação começam pela nossa capacidade de desenvolver a autonomia e de participarmos nessa formação. A ideia da pedagogia do comum, que instaura o trabalho colaborativo entre estudantes e professores, entre professores, e entre estudantes, é um debate central e concreto em relação à cidadania e à participação”.

Em relação ao plano da escola, o professor Nóvoa afirmou que “esse plano possui como referência um dos livros mais célebres no campo educacional, “Democracia e educação”, de John Dewey. Trata-se de ver a escola como um lugar onde as crianças participassem efetivamente da sua organização nos seus diversos níveis. O professor também citou outro pedagogo, Célestin Freinet, que, segundo ele, “apresentou o conceito de uma escola onde os estudantes se empenhassem de maneira coletiva na organização da rotina escolar, fazendo-o com responsabilidade, sem cair em demagogias baratas e paternalistas”.

Por fim, em relação ao plano das políticas públicas, Nóvoa afirmou que “não é possível elaborar e implementar políticas públicas educacionais sem a participação dos professores. É preciso também dar uma atenção particular à voz dos estudantes e à maneira pela qual eles podem inscrever essa voz no debate sobre as políticas públicas”.

E acrescentou que, “se trabalharmos a cidadania e a participação, não apenas a partir de um debate retórico e muitas vezes demagógico, mas concretizado nesses planos citados, poderemos caminhar para encontrar outras formas de construir o futuro da educação e das escolas”.

Para os professor Nóvoa, “as melhores reações a essa pandemia vieram dos professores que tentaram encontrar soluções para não perder seus estudantes, às vezes em condições muito difíceis. Isso deu espaço para espaços de experimentações e inovações”. Segundo ele, “os professores precisam conquistar esse espaço democrático e mais flexível nas escolas públicas e nas universidades, pois nesses espaços de experimentação, pode haver inovação pedagógica e podem surgir novos métodos e processos pedagógicos. Alain Bouvier, que tem escrito muito sobre educação, argumenta que na França, durante a pandemia, foram os professores que salvaram a escola. Os professores precisam de colaboração e precisam ter essa autonomia e liberdade sem as quais dificilmente transformaremos a educação e criaremos seus novos futuros”.

Em relação ao pensamento crítico, Nóvoa defendeu que, “nós temos que incentivar uma consciência crítica em relação aos problemas sociais que existem, de uma escola que não deveria reproduzir as desigualdades sociais, dos problemas dos professores, das fragilidades, da falta de conhecimento e de formação. Essa consciência crítica só é verdadeira se der lugar à ação, a algo transformador. Não podemos ficar em uma lógica de denúncia e não conseguir transformar isso em ação. Um dos grandes ensinamentos de Paulo Freire é ter pensamento crítico e transformá-lo em ação e em dinâmicas de transformação”.

Para reforçar a capacidade de ação coletiva, Nóvoa concluiu que “é fundamental o trabalho colaborativo entre os professores e a capacidade de trabalharmos em conjunto uns com os outros. Foi assim que começaram todas as experiências pedagógicas inovadoras no mundo, por meio de conversas em pequenos grupos”.

Neca Setúbal: iniciou sua apresentação ao afirmar que “a educação e todas as políticas e iniciativas do espaço público devem ser realizadas com aqueles que têm interesse e relação com a política pública”. Ela concordou com o comentário de André Lázaro e reforçou que, “apesar de nossos problemas, a aprovação do Fundeb foi uma grande conquista da participação de diferentes organizações da sociedade civil (OSC) e do legislativo (os representantes da Comissão de Educação foram muito importantes, fortes e determinados nesse processo). O Fundeb é uma conquista histórica e fruto da participação da sociedade e do congresso brasileiro”.

Considerando o debate sobre uma educação transformadora, segundo ela, “a pandemia pode e deve ser vista como uma oportunidade para reforçar os valores de uma sociedade democrática. No contexto específico do Brasil, a democracia está ameaçada em vários sentidos, o que torna fundamental o reforço de valores democráticos de participação e de formação para uma cidadania ativa”.

A socióloga destacou que “tão importante quanto o aspecto econômico, é a *prontidão participativa* (*participatory readiness*, em inglês) e a preparação para a vida cívica e política de um país”.

Para ela, “deve-se retomar a importância das humanidades, do *empoderamento verbal* e do bem-estar da democracia. Esse *empoderamento verbal*, pelo qual os estudantes aprendem a falar, a ouvir, a expressar ideias e a debater, é fundamental; as escolas brasileiras, muitas vezes, não deixam os estudantes participarem. Essas questões devem estar no centro da educação transformadora pois, ao escutarmos a sociedade, é possível debater temas contemporâneos como as mudanças climáticas, as diversidades de gênero, de raça e das pessoas com deficiência, a democracia e as cidades sustentáveis. O Brasil possui ferramentas para a participação, como a BNCC, que tem no seu eixo competências para a escuta, a análise, para o debate público e para trabalhar em equipe”.

Setúbal enfatizou que “é importante formar os professores, pois não se pode exigir que eles saibam trabalhar a participação se eles não aprenderam a participar. Há uma grande oportunidade de trabalhar com esses professores sob o olhar da participação em todos os âmbitos – local, nacional, global – reforçando, portanto, a nossa democracia”.

E adicionou que “a gestão dos diretores deve ser focada no pedagógico, e não nas burocracias. O olhar pedagógico exige desse diretor das secretarias de educação que forneça as condições de formação dos professores nas escolas, para que esses professores possam trocar experiências e ter sua voz ouvida”.

Para ela, “os diretores devem aproveitar essa oportunidade que surgiu na pandemia e trazer os pais para dentro da escola, para que eles possam conhecê-los melhor. A escola não pode chamar os pais só para falar mal de seus filhos; ela deve ter um diálogo aberto para entender seu contexto local”.

Setúbal concluiu sua participação afirmando que “é importante que esse trabalho colaborativo se estenda para a comunidade como um todo. Vamos usar a experiência da pandemia para refletir sobre as políticas públicas de forma mais articulada, incluindo os professores, as OSCs que atuam com educação e o setor privado. Se conseguirmos esse diálogo mais amplo, teremos mais potência para efetivar as políticas públicas educacionais”.

Diego Calegari: apresentou sua *startup*, a Politize!, como uma organização que trabalha pela democratização do acesso à educação para a cidadania. Para ele, “em um país tão desigual como o Brasil, o despreparo para a democracia é, talvez, o que há de mais democrático. Esse despreparo atravessa gênero, raça, condição socioeconômica e, até mesmo, escolaridade, pois há muitos jovens formados em escolas de elite em grandes centros urbanos que não estão preparados para o exercício da cidadania, seja do ponto de vista cognitivo, valorativo ou comportamental”.

Em relação ao impacto da Covid-19 e da desigualdade social na educação para a cidadania global, Calegari afirmou que “um outro ponto que a pandemia escancarou é o quanto estamos próximos e conectados do ponto de vista global, fato comprovado quando uma doença em uma região específica se tornou uma das maiores crises econômicas, sanitárias e sociais do nosso tempo. A diferença é ruim quando traduzida em estruturas de desigualdade, mas muito positiva quando vista como enriquecimento cultural e social e como solução e inovação. Somos um mundo global e interconectado e saber conviver com as diferenças de maneira saudável é a base da educação para a cidadania global (ECG)”. Calegari explicou que “a Politize! considera que uma verdadeira ECG prepara o cidadão para perseguir o seu bem-estar social, mas com vistas ao bem-estar coletivo, com o olhar para a coletividade. Assim, não se trata de discutir se a ECG precisa ser tratada na escola ou se temas como política e diversidade devem ser discutidos; a questão principal é como fazer”.

Quanto ao pensamento crítico, Caligari afirmou que, “a partir da redemocratização do Brasil, jogamos fora a educação moral e cívica e a organização social e política brasileira, matérias muito conectadas a uma lógica de um regime autoritário e que trazia essas discussões pelo viés do nacionalismo, do patriotismo, mas não colocamos nada no lugar. Os poucos estudantes que têm acesso a uma educação de qualidade saem da escola sabendo fazer cálculos sofisticados de química orgânica, mas não sabem conviver com o outro, não sabem votar com consciência, não sabem como se comunicar na internet respeitando o direito e a integridade dos outros”.

Calegari sugeriu as seguintes ações para sala de aula:

“– Criar ambiente seguro e acolhedor para professores e estudantes.

– Estabelecer o papel do professor como mediador, quebrando o modelo tradicional e hierárquico no qual o professor é detentor do conhecimento.

– Estabelecer processos de educação e materiais pedagógicos com bases na empatia e no fortalecimento da autoestima do estudante, para que ele sinta que está sendo ouvido e reconhecido.

– Fornecer materiais e práticas atrativas que estejam conectadas com o interesse do jovem.

– Criar espaços genuínos de participação, e essa participação deve ser traduzida em política pública, em melhorias na escola e em mudanças práticas escolares dos professores e das instituições.

– Considerar essas novas tecnologias, mídias e formas de mediar relações. Essa recomendação está na BNCC, em um campo específico dentro de Linguagens, em que a alfabetização midiática e informacional (AMI) é uma prioridade”.

Além disso, Caligari enviou recados aos gestores:

“– Não encarar a ECG como algo periférico.

– Não ter medo. Estamos em um momento de muita polarização, hostilização, raiva e não-comunicação, mas não podemos ter medo de tocar nos temas de raça, gênero e diferenças religiosas.

– Não deixar a escola e os professores desamparados. São necessárias políticas, ferramentas e formação para levar uma solução e ajudar as escolas nesse processo”.

Gina Vieira: disse que era curioso falar sobre cidadania e participação na educação, pois para ela, “isso já anuncia um grande paradoxo. Não se faz educação sem cidadania e participação, pois esses são elementos inerentes ao processo educacional, sobretudo quando se trata da educação formal. Embora a educação oferecida pela família seja imprescindível e insubstituível, a escola é o espaço mais importante para o fortalecimento

da democracia e do exercício da cidadania, pois ela nos coloca em contato com a diversidade e com a pluralidade, e isso é muito precioso para nossa identidade enquanto nação. É preciso abordar o porquê de termos uma escola pouco cidadã e pouco participativa. Entendendo as nossas origens, podemos ter mais clareza e lucidez de como construir essa escola cidadã”.

Ao falar sobre a proposta do seminário, Gina Vieira afirmou que essa reflexão tinha como base “a perspectiva dos estudos decoloniais”. Ela explicou que ao se basear nas contribuições da prof. Paula Sibilia, “é importante entender que a nossa base histórica da educação não é de uma escola criada sob a perspectiva cidadã, participativa e democrática. Pelo contrário: a função primeira da escola, quando de sua criação, foi a de galpão e depósito, uma função confinante e disciplinadora. Essa escola que controla, silencia e confina está no nosso imaginário coletivo e nas nossas representações sociais. Assim, o primeiro ponto para se construir uma educação participativa é ter a coragem de olhar para o nosso passado, nos assumir como escola autoritária e reconhecer que esse resquício de uma escola autoritária, bancária e instrucionista ainda se manifesta nos dias de hoje”.

Para ela, “quando aprendemos vivendo, construindo e contestando, a aprendizagem é mais profunda, significativa e nos transforma profundamente”.

A professora apresentou alguns pontos inspirados no prof. Fernando Hernandez, que, segundo ela, “a escola precisa transgredir:

- A lógica dos conteúdos como objetos estáveis e a visão tradicional do currículo, que não traz para o processo pedagógico temáticas relevantes como gênero, raça, identidade, discurso, sistemas de opressão e relações de poder.
- A perspectiva empobrecida de uma educação que acredita que o sentido da sua existência é preparar os estudantes para passar em uma prova de vestibular.
- Entender que o currículo é um campo de disputas, e que o que é ensinado na escola, os saberes privilegiados, podem ser um ponto para promover mais participação e cidadania ou mais exclusão”.

A professora Gina reforçou que “é muito difícil promover uma educação participativa por meio de um currículo no qual os sujeitos não se veem e não se reconhecem”. Nesse sentido, o projeto Mulheres Inspiradoras (idealizado por Gina) leva para a escola literatura produzida por mulheres negras, periféricas e indígenas. Segundo ela, “isso colabora para o engajamento dos estudantes porque eles se reconhecem nesse currículo, tanto nas epistemologias quanto nas narrativas”.

Quanto à participação e à cidadania, Gina defendeu que “dificilmente o professor vai incorporar práticas pedagógicas no seu fazer se ele trabalha dentro de uma gestão autoritária”. Para ela, “participação não se concede; participação a gente conquista. Uma educação participativa e cidadã é uma educação pública, forte, laica, democrática e inclusiva, construída com a participação de todo mundo. Se essa escola cidadã e participativa é um bem para a sociedade, ela não vai ficar fragilizada sob a ameaça de cada governo que chegar ao poder”.

E acrescentou que “não é possível falar de uma educação cidadã e participativa sem falar de autonomia e protagonismo dos professores. Quando eu escuto meus alunos, eu me transformo, a minha prática pedagógica se transforma”.

Gina Vieira citou Paulo Freire: “Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina, não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino de conteúdos. Este é um momento apenas da minha atividade pedagógica. Tão importante quanto ele, o ensino dos conteúdos, é o meu testemunho ético ao ensiná-los. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou a aberração a miséria na fatura, sou professor contra o desengano, sou professor a favor da boniteza da minha própria prática pedagógica.” A professora concluiu sua fala dizendo que “não há prática pedagógica bonita sem participação, democracia e cidadania”.

Desafios comuns: quais são os desafios educacionais comuns identificados pelos panelistas?

Os participantes observaram o desafio de atravessar o campo teórico e promover, de forma efetiva, as práticas escolares que criem condições e que desenvolvam habilidades para que crianças e jovens construam seus caminhos com base na participação. Nesse sentido, é fundamental transcender a lógica conteudista das escolas para impulsionar o senso crítico. Ao mesmo tempo, observaram que a educação e a cidadania são intrínsecas, uma não pode existir de forma plena sem a outra. Para isso, a escola deve promover a participação dentro de suas próprias estruturas, o professor precisa estar bem preparado, e a autonomia dos estudantes deve ser priorizada. Além disso, todos observaram a necessidade de acolher a diversidade e promover espaços mais equânimes, em um esforço ativo de valorizar todas as origens, classes sociais, etnias e gêneros. Outro destaque foi o potencial da internet e de tecnologias para avançar nesses objetivos.

Quais temas não foram plenamente abordados, ou tiveram uma cobertura menor, mas que são relevantes para o marco dos Futuros da Educação e para o âmbito temático do seminário?

A diversidade de participantes, incluindo as jovens estudantes que narraram práticas e questionaram padrões, enriqueceu bastante a abordagem do tema. Talvez seja necessário aprofundar a reflexão sobre como seria possível transformar as visões de gestores, diretores, docentes e técnicos sobre os perfis das juventudes. Uma pesquisa da UNESCO, de 2002, já trazia informações preocupantes quanto à opinião dos docentes sobre os valores das juventudes.

A pergunta da pesquisa de 2002 que foi feita aos professores: Qual a sua opinião sobre o fortalecimento ou a fragilização/enfraquecimento de alguns valores entre os jovens de hoje? As respostas foram, em sua maioria, de percepção de *enfraquecimento* de valores, como *responsabilidade* (62,3%), *generosidade* (44,3%), *seriedade* (60,3%). Fortaleceram-se valores como *amor à liberdade* (52,3%) e *cuidado com a natureza* (33%).

Segundo Castro e Abramovay, “a juventude não é vista como ator social independente, dotado de vontade, desejos, pensamentos e ações, capaz de decodificar seu cotidiano e devolver à sociedade algum tipo de reação – o chamado capital cultural, que traduz o que querem os jovens, o que propõem os jovens, considerando suas experiências”.⁸

Participação da audiência

- Análise geral e descrição breve da interação no *chat* (quantidade de perguntas e comentários, temas centrais, tipo de participantes, *links* compartilhados e outros)

Ao todo foram 468 comentários nos quatro canais em que o seminário foi exibido. A maior parte das interações foi de cumprimentos e elogios voltados ao tema/pertinência da discussão e às falas dos convidados. Uma parte importante, no entanto, levantou questões interessantes. Entre elas, destacamos 19 intervenções relevantes. Em sua

⁸ CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. *O Perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam...* Brasília: UNESCO, MEC, Instituto Paulo Montenegro, 2004. p. 158. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000134925?posInSet=1&queryId=24bbc18e-a98f-4f79-b8b9-092141e7c567>>.

maioria, o público foi formado por professores, como é de praxe nos webinários organizados pela Fundação Santillana.

- Ideias emergentes e desafios identificados pela audiência em torno de: 1) as perguntas identificadas para o seminário (ver nota conceitual); 2) as perguntas dirigidas aos painelistas; 3) outros comentários e ideias propostas pela audiência.

O público, no geral, concordou e manifestou apoio às falas dos painelistas, e também propôs mais perguntas sobre a temática da gestão autoritária das escolas, como a pergunta de Duilane Andrade: “Sou professora em formação ainda, e meu maior medo são os entraves impostos pelas administrações que estão mudando, mas a realidade ainda é limitante. Como lidar com essa transição que resiste em se manter?”

As universidades também apareceram nos questionamentos, com perguntas sobre o seu papel na transformação proposta pelos painelistas, como indagou Célio da Cunha: “No marco das exposições feitas até agora, qual poderia ser o papel das universidades?”

Outro aspecto importante, que apareceu em perguntas e em manifestações de acordo ou desacordo do público, foi o aumento da desigualdade provocado pela pandemia, assim como a pergunta de Gislaine Bonalumi: “Como fazer essa educação para a cidadania, considerando que a maioria das crianças e dos estudantes estão distantes das escolas e sem acesso às plataformas digitais, considerando que o futuro é hoje?”

Além das perguntas espontâneas, foi pedido aos estudantes de escolas públicas de São Paulo (selecionados por colegas do terceiro setor) que encaminhassem perguntas sobre o tema do seminário. Foram selecionadas duas perguntas, exibidas em vídeo durante o evento:

1. Júlia Teresa Fernandes, 13 anos, estudante na escola Henrique Souza Filho Henfil, no extremo leste da cidade de São Paulo

“Na nossa escola, nosso professor, Bruno Ferreira, desenvolve dois projetos: o Imprensa Jovem, do qual eu faço parte, e o Henfilmes. Ambas atividades extracurriculares têm por objetivo incentivar, informar e conscientizar outros jovens por meio de vídeos na plataforma do YouTube. Nosso canal do YouTube, o Henfilmes, já conta com mais de 170 mil inscritos e um total de aproximadamente 20 milhões de acessos. Um dos vídeos mais vistos, ultrapassando a marca de 5 milhões de visualizações, é sobre gravidez na adolescência, uma realidade que, infelizmente, assombra muitas

meninas ao redor do mundo devido à falta de informação e ensino. Não é novidade que no atual contexto de pandemia que estamos enfrentando, a desinformação contribuiu ainda mais para todo o caos e a fragilização na área da saúde, que segue impactada pelas ações das *fake news*. Com base nesse discurso como produtora e consumidora de informação, pergunto sobre a importância da nossa educação midiática para a cidadania e para a participação, e de que maneira podemos assegurá-la de forma efetiva e continuada em uma educação no futuro. Afinal, ela nos beneficia não somente no nosso desenvolvimento pessoal e intelectual, mas também na nossa compreensão das disciplinas escolares, como, por exemplo, na matéria de História, na qual podemos conhecer mais sobre a cidadania e outros períodos históricos que seguem distorcidos ou silenciados pelos produtores de notícias falsas. Entender a importância de nossa democracia, nossa voz e nosso posicionamento de forma plena, por meio de notícias qualificadas e verdadeiras, não deveria ser uma necessidade para todos?”

2. Ayla Júlia Ferreira dos Santos, 14 anos, estudante na EMEF Prof. Anna Silveira Pedreira, moradora do Jardim Ângela, extremo sul da cidade de São Paulo

“Na minha escola, frequento diversas atividades extracurriculares, incluindo o projeto Imprensa Jovem, criado em 2005 e desenvolvido pelo Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação São Paulo. Nesse projeto, atuo como repórter e ministro algumas aulas de edição de imagem e vídeo. Durante a pandemia, com o ensino remoto, foram implantados diversos recursos pedagógicos. Então, junto com outros estudantes, comecei a produzir pequenos tutoriais e videoaulas para auxiliar a comunidade escolar no acesso a essas tecnologias. Esses conteúdos *eduarducomunicacionais* foram produzidos por estudantes que, na maioria das vezes, ainda estão no ensino fundamental, mas conseguiram transmitir de forma concisa seus saberes para auxiliar professores, colegas e pais. Por esse motivo, gostaria de saber o porquê de, muitas vezes, quando se fala em tomada de decisões que impactam diretamente o corpo estudantil, nem sempre a nossa perspectiva é levada em consideração”.

- Métricas dos vídeos:

Canais transmitidos:

Facebook: Fundação Santillana e UNESCO Brasil

YouTube: Editora Moderna e UNESCO TV Portuguese

9.715 visualizações

334 espectadores simultâneos (pico)

Tempo médio de visualização: 10 minutos

Conclusões

Em comum, todos os participantes ressaltaram os desafios de se refletir sobre políticas públicas em um país com tanta desigualdade, com uma democracia relativamente recente por vezes ameaçada. Neste contexto, o papel da escola é fundamental para que os jovens possam construir seus espaços e formas de participação com o apoio dos professores e do espaço escolar. No entanto, para isso, é preciso que a escola reconheça e valorize as diferenças e o poder da infância e da juventude, em um movimento de reinvenção possivelmente disparado pela pandemia. Mais do que um lugar para aprender conteúdos massificados e selecionados por uma gestão hierarquizada, a escola deve ter a participação em sua estrutura, sem a qual o jovem não é formado para exercê-la além de seus muros. Se há um consenso sobre essas afirmações, ele reside nas formas pelas quais esses temas podem ser desenvolvidos, que devem considerar as realidades locais e fortalecer a formação continuada dos professores para que eles sejam capazes de liderar a mudança. O ciclo se fecha quando a gestão escolar promove também estruturas democráticas e participativas, e disseminam essas práticas por toda a educação.

Os participantes destacaram a preocupante distância entre os desafios contemporâneos vivenciados pelas sociedades, bem como a estrutura enrijecida e disciplinar dos currículos escolares que não integram esses desafios no diálogo com as infâncias e juventudes. Assim, a escola exclui os jovens tanto pelos temas que ignora quanto pelas limitações que impõe ao processo participativo no cotidiano escolar e além dele. Além disso, a escola ignora a necessidade de manter atuais os debates políticos, não partidários, mas sobre os temas que afetam a todas as pessoas.

- Reflexão: desafios a serem enfrentados ou aspectos a serem melhorados nas próximas sessões

A experiência do primeiro seminário foi decisiva para a realização do segundo. As perguntas das jovens estudantes selecionadas ajudaram a trazer um contexto atual e conectado às realidades brasileiras, além de estimularem bons questionamentos do público e contribuírem para as reflexões de todos. O controle do tempo de fala dos painelistas ainda permaneceu um desafio, contudo entendemos que boas falas não devem ser interrompidas em nome de um limite rigoroso. A escolha dos participantes novamente se mostrou bastante acertada ao se diversificar origens, gerações e áreas de atuação, o que proporcionou uma dinâmica bastante proveitosa.

Este relatório de evento foi publicado em 2020 pela Fundação Santillana em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Representação da UNESCO no Brasil,

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste relatório não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da Fundação Santillana e da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da Fundação Santillana e as da UNESCO nem comprometem a Fundação e a Organização.

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas as suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, neste relatório, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam escritos no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.